

Sexualidades e identidades nos movimentos LGBTs do Brasil contemporâneo

Fernando José Taques*

Resumo

O estudo da sexualidade paulatinamente passa a ser objeto de interesse para a sociologia. A partir da articulação de categorias, como identidade, sexo, heterossexualidade ou homossexualidade, a sociologia têm-se percebido carente de conhecimentos produzidos acerca de tais elementos. Para que haja conhecimento e compreensão sobre os movimentos sociais, em especial os movimentos (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) LGBTs torna-se imperiosa a necessidade de a sociologia abordar profundamente temas tão caros a movimentos que alcançam grande dimensão hodiernamente. Este artigo procura apresentar algumas reflexões que possam contribuir para o adensamento do debate sociológico no que se refere às chamadas “sexualidades desviantes”.

Palavras-chave: Sociologia da Sexualidade. Identidade. Movimento LGBT.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade humana despertou e continua a despertar vivo interesse (LAQUEUR, 2001), não apenas a mera curiosidade é seu alicerce; sobretudo, mas com a constituição e a consolidação do saber científico.

Historicamente a sexualidade é analisada, esmiuçada, esquadrinhada e avaliada. As ciências ampliam suas lentes e passam a identificar uma miríade de possibilidades sexuais. Contudo, há uma complexa relação en-

* Sociólogo; doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina; membro do Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais e Bolsista CNPq.

tre as possibilidades apresentadas pela multiforme sexualidade humana e a ordem moral (FOUCAULT, 2003).

A sociologia, disciplina esta na qual nos inserimos, raramente posiciona-se como voz autorizada para versar a respeito da sexualidade. Segundo Bozon (2004), os discursos das Ciências Humanas são percebidos como inadequados para a sexualidade. Já para Gagnon (2006) existiriam limitações na formação do sociólogo, diferente dos psicólogos. Nesse caso, quando nós, sociólogos, tratamos sobre “motivação”, nosso preparo é menor que o dos psicólogos.

A sexualidade é ampla. Pode extrapolar a área das práticas e sentimentos indo além, em relação à família, parentesco, constituinte de subjetividade e de identidade individual e social. Pode-se concebê-la como representação, desejo ou, apenas, como uma atividade ou um comportamento (PISCITELLI; GREGORY; CARRARA, 2004).

Para Touraine (2007, p. 219):

A sexualidade ocupa um lugar central na formação dos sujeitos, pois ela remete a uma experiência individual, ao engajamento da personalidade ao redor desta experiência, que é ao mesmo tempo uma vivência pessoal, uma relação com o outro e, mais profundamente, uma consciência de si mesmo voltada para a relação com a vida e com a morte. O que é dito aqui tem uma consequência que é preciso mencionar logo de saída. A sexualidade é a construção de condutas de sexo.

De qualquer forma, a sexualidade¹ continua a despertar interesse e acaloradas discussões de ordem religiosa ou moral, mas é inegável que desde os finais do século XX passa a figurar no espaço público como categoria reivindicatória de direitos.

A sexualidade, quando passa a constituir um discurso político, não se apresentou isoladamente, isto é, como reivindicação individual ou de segmentos sociais. A sexualidade tornou-se publicizada, aliada a outras categorias, entre elas a mais poderosa até o presente: a identidade.

Ser ou estar são verbos que operacionalizam as identidades. Para os defensores do ser, os aspectos biológicos da sexualidade são preponderantes. Tais defensores argumentam que ninguém opta por sua sexualidade e a natureza serve como fator explicativo, ou seja, defende-se que há uma predisposição genética para a sexualidade. Já os defensores do estar

cunham uma explicação pautada em uma sexualidade que é construída socialmente, noutros termos, múltiplos fatores concorrem para que os sujeitos desenvolvam suas sexualidades, não necessariamente garantindo sua fixidez e sim sua fluidez no tempo. Não se trata de algo eterno.

Diante disso, a homossexualidade ganha notória centralidade em razão de ser apresentada como fator genético por alguns, como também por ser defendida por outros como uma das inúmeras possibilidades da sexualidade humana.

Homossexual, homoerótico, uranista, homófilo, entendido são alguns termos que foram (ou são) utilizados para nomear aqueles cujos desejos são voltados para pessoas do mesmo sexo (FRAY; MACRAE, 1983).

O primeiro movimento brasileiro a ter como bandeira de luta a homossexualidade, o Grupo Somos, intitulava-se “Grupo Somos de Afirmação Homossexual” e, segundo MacRae (1990), o grupo postulava a existência de uma divisão entre homossexuais e heterossexuais com a existência de alguns bissexuais.

Parece-nos que àquela altura, fins da década de 1970 (e não tão menos na atualidade), um forte argumento era uma espécie de “homossexualidade histórica”, inscrita na trajetória dos sujeitos desde sua infância. Uma espécie de “sentir-se homossexual” desde “sempre” para algumas pessoas reforçaria a tendência em crê-la como biológica. Esse discurso pode ser subentendido a partir da leitura de um dos fundadores do Grupo Somos, João Silvério Trevisan. Para Trevisan (2000), um grande questionamento é se realmente há escolha para o próprio desejo, já que, para ele, a maioria das pessoas seria levada por uma “tendência interior”. Portanto, uma abordagem cultural da homossexualidade guardaria dificuldades, pois privilegiaria a ideia de “opção sexual”.

Nosso objetivo não é apresentar uma gênese da homossexualidade, porém, torna-se necessário trazeremos à luz como essas questões são tratadas, tanto pela academia quanto pelos sujeitos, assim como pelos sujeitos-academia, as quais influenciam aspectos e discussões identitárias.

Um dos exemplos de sujeito-academia, o antropólogo Luiz Mott (2003) do Grupo Gay da Bahia (GGB), advoga fortemente em favor da utilização do termo “homossexual” ao invés de outros. Entretanto, o sistema de identificação defendido por Mott não vale para todos, como bem demonstra

Heilborn (1996), ao descrever um ritual de casamento entre duas mulheres e ambas afirmarem que não se identificavam como homossexuais.

Talvez aqui caiba uma menção bastante específica relativa ao termo homossexual. Nesta palavra, o radical homo é de origem grega e significa algo como igual. Há, muitas vezes, uma nítida confusão com o radical homo de origem latina, que significa homem. A homossexualidade como categoria foi concebida pensando-se em homens e mulheres que têm inclinações para pessoas do mesmo sexo, ou seja, guardadas as devidas proporções, “iguais-sexuais”. Contudo, se a significação latina for acessada, torna-se algo como “homens-sexuais” e aqui reside um grande problema, pois as mulheres não estão incluídas nessa última significação.

No Brasil, o modo de encarar as identidades e, nesse caso, “identidades sexuais” é bastante diferente de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. Aqui, as ambiguidades, as ambivalências e os hibridismos da sociedade tornariam as identidades menos rígidas (SOARES, 2002)

Costa (1992) postula que há diferença entre valorizar uma identidade, nesse caso a identidade *gay*, e outra relação é posicioná-la como única identidade possível. Em última instância, o autor deposita sobre a comunidade o direito de tornar-se porta-voz do assunto, pois ela é que teria autoridade para falar a respeito do tema.

Para Hall (2005), o senso comum percebe a construção da identificação de um modo “naturalista”, partindo-se de uma origem comum, ou pelo compartilhamento de características ou ideias de grupos ou de pessoas.

Hall (2003) analisa identidades “sob rasura”, ou seja, não deve ser analisado de um modo não reconstruído de sua ideia original. Sob rasura, nesse caso, é um modo novo de se pensar a identidade, um modo impossível de se operar com os mecanismos do passado, propondo-as como não unificadas, fragmentadas, construídas de modo múltiplo, tornando-as passíveis imediatas de sua análise, salvaguardando-se espaço e tempo para sua compreensão.

Para esse autor, as “posições” nunca são fixas, elas estão em constante articulação de suturas, propiciadas pelas representações dos sujeitos. O hibridismo da identidade a leva a ser percebida como um “posicionamento”, o qual pode ser tratado provisoriamente como identidade.

Mouffe (1993) busca insistentemente desconstruir quaisquer possibilidades de essencializações. Para o alcance de sua “Democracia Radical” a autora postula que tal democracia não pode existir enquanto houver essencializações, ou seja, a desconstrução de “identidades essencializadas” é condição *sine qua non* para a democracia plena.

As relações entre particularismos e universalismos permeiam as relações identitárias. Quanto a esse aspecto, Laclau (2000) sugere que para uma política verdadeiramente democrática precisa haver um híbrido entre as identidades existentes e a abertura constante para novas possibilidades, ou seja, uma redefinição constante entre o particular e o universal.

Como se percebe, há um diálogo intenso entre as ideias de Hall, Mouffe e Laclau, principalmente no que concerne “às posições de sujeito” e quão fragmentado é o variado campo das possibilidades existentes. A questão aqui implicada, para Mouffe (1993), é a de transformar o potencial de hostilidades e a distinção entre um nós/eles de um modo não incompatível com a democracia pluralista. Que o “eles” seja percebido como adversário e não como inimigo, que haja possibilidade da transformação do antagonismo em agonismo, em um reconhecimento de posições legítimas (MOUFFE, 1999).

Historicamente, há um processo de dificuldades para a realização de um “nós/eles” satisfatório. Há mais de 30 anos Rich (1980) denunciava que aquilo que era tido como universal carecia de desmistificações. As mulheres não são respeitadas em suas especificidades e, muitas vezes, sequer tais especificidades são consideradas. A existência da heterossexualidade compulsória não permite a visualização de múltiplas formas de relações diversas daquelas padronizadas. Existem outras sexualidades.

Existem outras sexualidades e outras alternativas discursivas. Nesse aspecto, a Teoria *Queer* é bastante emblemática. Para melhor compreender a proposta *Queer* recorre-se à Touraine (2005, p. 59).

A destruição da dualidade natural e cultural dos dois gêneros levou as feministas mais radicais em direção à postura *queer*, que afirma a ausência de separação global entre homens e mulheres e se representa a sexualidade de cada indivíduo como um conjunto de fragmentos de sexualidades diversos que todos os atores vivem, segundo as circunstâncias e seus parceiros. Esta é a concepção *queer*, que rejeita a importância atribuída pela ideologia dominante ao casal heterossexual e que, ao contrário,

defende a diversidade de condutas sexuais definidas tanto pela natureza dos parceiros quanto pelas relações estabelecidas entre eles.

A proposta *queer* é bastante radical, ela não se pretende apenas como discussão acadêmica, mas almeja uma forte mudança política. Para tanto, a polaridade homo-heterossexual reforça a criação de uma política para identidades fixas que produz exclusões e, conseqüentemente, gerando guetos (DUGGAN, 1995).

Gays e lésbicas, segundo a teoria *queer*, foram essências criadas que serviram apenas para limitar ou para criar termos como minoria sexual, comunidade gay, esquecendo-se, assim, tantos outros que não se reconhecem nessas categorias, como os bissexuais e transgêneros, revelando, portanto, a fragilidade de identidades impostas (GAMSON, 1995).

Em última instância, pode-se dizer que a teoria *queer* esfacela a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), e como defendem suas teóricas, ao tornar uma disciplina *queer* desenvolvendo uma historiografia *queer* há um rechaço às identidades essencializadas, mas, nem por isso, desfaz-se da categoria identidade uma vez que ela passa a ser empregada como operação-performativa (BOURCIER, 2001).

Quando as identidades deixam de ser percebidas como essência, passa-se à possibilidade de encontros e, até mesmo, a conhecimentos. Para Lauretis (1991), *gays* e lésbicas não conhecem a história um do outro. A homossexualidade não deve ser percebida como o oposto da heterossexualidade. Assim, sendo, a autora sugere resistências aos discursos dominantes sobre sexualidades e a incorporação de outros aspectos, como etnia e geração, construindo, desse modo, um outro horizonte discursivo, outro modo de pensar o sexual, não mais homogeneizado. Uma crítica e uma desconstrução do próprio discurso (de *gays* e lésbicas), bem como do próprio silêncio, que é construído.

Se pensarmos como sugerido pelos teóricos expostos, percebe-se que muito do que tomamos como natural foi em verdade construído socialmente. Diante disso, nem mesmo uma categoria poderosa como a heterossexualidade consegue escapar. Giami (1999) aponta que a criação da “heterossexualidade” surgiu em um dado momento histórico para resguardar a função erótica e reprodutiva da sexualidade e, portanto, da normalidade.

A pergunta que o autor faz é: como uma categoria, que tem por ambição reagrupar a maioria da população, pode resistir à heterogeneidade das condutas sexuais?

Dentro de um quadro de fixidez identitária, aqueles que fogem dos binarismos ficam deslocados, seja um deslocamento do olhar “sobre”; seja um deslocamento que os posiciona distante dos chamados “normais”. O caso da bissexualidade é exemplar. Ao contrário dos homossexuais, historicamente bissexuais não foram tratados como uma identidade imutável, mas isso não significou alívio ou um olhar compreensivo para com estas pessoas: foram incompreendidos e tratados como uma espécie de mal (MENDÉS-LEITE, 1996).

O que dizer então daqueles que modificam seus corpos, constroem seus traços na busca por um feminino que não abdica de características masculinas (BENEDETTI, 2005) e também buscam tornar-se “belíssimas” (PELUCIO, 2006)? Essas são apenas algumas questões que a imagem das travestis pode provocar. Afinal, elas estão longe dos padrões binários tão caros à heteronormatividade.

Para Fraser (2001), o grupo que ela denomina “coletividades homossexuais” não alcança o mesmo *status* de sexualidade atrelada à heteronormatividade. Para ela, homossexuais têm sua sexualidade menosprezada, não reconhecida, não respeitada.

Se um dia múltiplas formas de expressão de sexualidade foram alocadas sob o rótulo de homossexual, de lá para a atualidade, muito sobre a visão que estas pessoas têm de si não é a mesma, o que implica o fato de essa visão também não ser homogênea. A questão do ser ou estar homossexual também não é ponto pacífico, assim como a utilização do termo homossexual.

Entende-se que o termo “homossexual” pode ser considerado como uma grande categoria (guarda-chuva) para abarcar toda a diversidade das sexualidades policiadas (BHABHA, 2005). Contudo, parece exageradamente arriscado ainda utilizá-lo porque muito dos implicados (senão a maioria deles e delas) possuem profundas dificuldades em se considerarem homossexuais.

Se o termo homossexual não é unânime entre os sujeitos, tampouco o é o uso das siglas que passaram a identificar os grupos que estudaremos. Segundo Facchini (2005), em seu estudo realizado no Grupo Corsa de São

Paulo com o sugestivo título de *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas*”, há uma profunda discussão sobre a adoção das siglas. Para a autora, o termo GLS, que englobaria *gays*, lésbicas e simpatizantes, é uma criação associada por vários setores do movimento ao mercado. Tal associação ao mercado ocorre porque o “S” serviria para incluir os “simpatizantes”, sujeitos não LGBTs, porém, frequentadores de bares e boates destinados, via de regra, ao público LGBT. Além disso, alguns ativistas apontavam que não existia um movimento de negros e simpatizantes, ou movimento sem-terra e simpatizantes.

Já GLT seria um termo que evitaria essa associação com o mercado e manteria *gays*, lésbicas e transgêneros – os setores mais ativos – na vanguarda do movimento. Tanto que continua sendo a sigla utilizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Estes são debates que ocorreram ainda ao longo da década de 1990, tendo origem em São Paulo e irradiando-se posteriormente para outras partes, inclusive com a criação da sigla GLBT, que ocorreu após a viagem de um dos membros do Grupo Corsa, em 1998, para a conferência da Inter-Pride, na qual se discutiu a mudança do nome para International Association of Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Pride Organizations.

Ao retornar para São Paulo, esse militante sugeriu a adoção da sigla GLBT por ser inclusiva e adotada internacionalmente. Segundo Facchini, com o surgimento da Associação da Parada do Orgulho GLBT, no ano seguinte, o termo extrapola o Grupo Corsa e ganha maior visibilidade (FACCHINI, 2005).

Por mais que o ativista apontado por Facchini tratasse a escolha GLBT como a mais internacionalizada, cabe dizer que ela não foi adotada em todos os países onde ocorrem paradas. No exemplo Argentino, a sigla escolhida foi GLTTBI, realçando a diferença entre os “ts” (travestis e transsexuais) e incorporando o “i” (intersex) (JONES, 2006).

Ainda sobre o Brasil, não se pode dizer que a utilização de GLBT seja uma característica daqueles que possuem ligação direta com o Corsa ou com a Associação da Parada. Daquele período para a atualidade muitas outras Paradas foram organizadas em várias cidades e o termo ganhou as ruas, as bocas e passou a ser um guarda-chuva reivindicativo que, bem ou mal, é mais amplo que homossexual. Entretanto, isso não implica, de modo algum, sua unanimidade.

Nos nossos trabalhos escritos até o início de 2008, utilizávamos o termo GLBT, pois verificamos que os principais interessados possuíam sérias restrições ao termo homossexual. Seria uma ingerência muito grande de nossa parte manter o velho e surrado Movimento Homossexual, quando os próprios sujeitos não convivem tranquilamente com o termo. Se, como sociólogos somos levados a criar (e muitas vezes enquadrar) categorias, a partir de 2008, com a realização da Conferência GLBT, nosso próprio campo oficializou a sigla e a alteração. Ficou decidido que haveria uma inversão entre as letras G e L, passando a ser Movimento LGBT para que assim produzisse maior visibilidade às lésbicas.

Claro está que Movimento LGBT e Movimento Homossexual são sinônimos, não é essa a questão principal. Sempre que nos referimos a um estamos nos referindo ao outro automaticamente, contudo, torna a academia muito mais próxima da realidade vivenciada pelo movimento, ao invés de insistir em um termo, muitas vezes (ou a maioria), percebido como opressivo.

Reiteramos que o Movimento LGBT é múltiplo. Utilizamos o termo no singular, mas sabemos tratar-se de uma pluralidade de processos sociais (MELUCCI, 2001), que envolve vários aspectos e sujeitos. Acreditamos, sim, que os movimentos têm autonomia e estão em constante transformação, o que implica transformar inclusive o modo pelo qual se autodenominam e que gostariam de se ver reconhecidos.

Como vimos, qualquer identidade guarda em si, no mínimo, ambiguidades, mas que é mobilizada por vários movimentos sociais como “grito de guerra” (BAUMAN, 2005), quando se trata de conquistas e acesso a direitos.

Abstract

The study of sexuality has been gradually becoming of great interest for Sociology. From the expression of categories such as “identity”, “sex”, “heterosexuality” or “homosexuality”, Sociology has perceived itself lacking knowledge produced based on such elements. The need of knowledge and comprehension on social movements, specially the LGBTs (Lesbians, Gays, Bisexuals, Travestites and Transgenders), has intensely demanded Socio-

logy to deeply discuss such themes which are very relevant to movements that reach a greater dimension on a daily basis. This article aims to present some reflections that can contribute to the deepening of the debate about the so called “deviant sexualities”.

Keywords: Sociology of Sexuality. Identity. LGBT Movement.

Nota explicativa

¹ Fazemos aqui referências à sexualidade, mas não queremos apontá-la como categoria encerrada. No decorrer do texto nossa postura tornar-se-á mais explícita.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: O Corpo e o Gênero das Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

BOURCIER, Marie-Hélène. **Queer Zones: Politiques des identités sexuelles des représentations et des saviors**. Paris: Éditions Balland, 2001.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

DUGAN, Lisa. Queering the state. In: **Sex wars**. Sexual Dissent and Political Culture. Nova Iorque: Routledge, 1995.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2003.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça da Era Pós-Socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia Hoje**. Brasília, DF: UNB, 2001.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

GAMSON, Joshua. Must Identity Movements Self-Destructed? A Queer Dilemma. In: **Social problems**. v. 42, n. 3, p. 390-407, 1995.

GAGNON, John. **Uma Interpretação do Desejo**: Ensaios Sobre o Estudo da Sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GIAMI, Alain. **Cent Ans d´Hétérosexualité**. Paris, 1999.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed. de UFMG, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ABIA/IMS/UERJ, 1996.

JONES, Daniel. **Sexualidades, Política y Violencia**: La Marcha del Orgullo GLTTBI Buenos Aires 2005. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.

LACLAU, Ernesto. **La Guerre des Identités**: Grammaire de l´émancipation. Paris: Éditions La Découverte/MAUSS, 2000.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: Corpo e Gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. **Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities** An Introduction. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 3, n. 2, 3.2, 1991.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”**. Campinas: Unicamp, 1990.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDÉS-LEITE, Rommel. **Bisexualité: Le Dernier Tabu**. Paris: Calmann-Lévy, 1996.

MOTT, Luiz. **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOUFFE, Chantal. Por uma política de identidade nômade. **Debate Feminista**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

_____. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1993.

PELUCIO, Larissa . **O Gênero na Carne: sexualidade, corporalidade e Pessoa - uma etnografia entre travestis Paulistas**. In: GROSSI, Miriam P.; SCHWADE, Elisete. (Org.). **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Florianópolis: Nova Letra. 2006.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. **Sexualidades e Saberes: Convenções e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

RICH, Adrienne. La heterosexualidad obligatória y la existencia lesbiana. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catarina. **Sexualidad, género y roles sexuales**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Sair do armário e entrar na gaveta. In: GOLIN, Célio; WEILER, Gustavo (Org.). **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das Mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Um Novo Paradigma: Para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.